

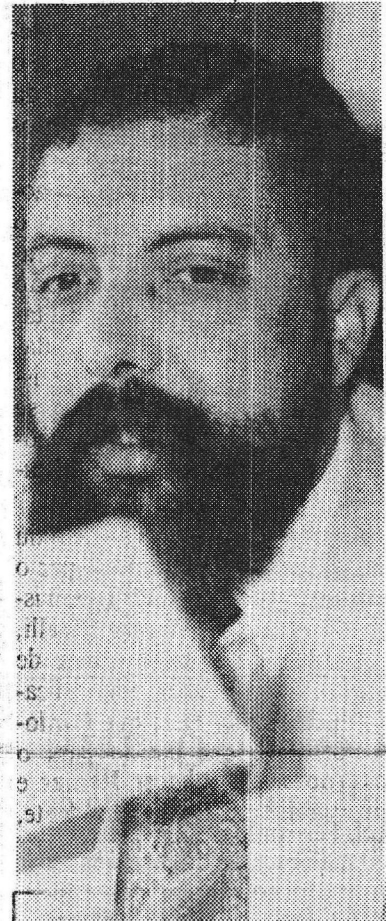
# O Parlamento funciona. Apesar dos gazeteiros

■ Nos bastidores, longe dos holofotes do plenário, o Congresso é produtivo

RICARDO MIRANDA

BRASÍLIA — A imagem do plenário vazio e o placar eletrônico que insiste em denunciar, todas as semanas, um Congresso que não trabalha, tromba com uma realidade que aponta em outra direção. Em meio a mais uma temporada de caça a parlamentares gazeteiros, o Congresso começa a discutir conceitos como produtividade e eficiência e mostra que, longe dos holofotes reservados ao plenário, o parlamento funciona. Mesmo trabalhando hoje pouco mais de cem dias por ano, ou três dias por semana, a Câmara realizou no ano passado 260 sessões, 180 delas ordinárias. Neste período, foram feitos 12.363 pronunciamentos e discursos e aprovados 394 projetos. O Congresso fez outras 52 sessões ordinárias. No Se-

Josemar Gonçalves — 17/8/93



Paim já apresentou 300 projetos

nado, mais de 500 projetos foram aprovados no ano passado e transformados em norma jurídica. Ao mesmo tempo, funcionam hoje no Congresso nada menos que 73 comissões diversas.

“Quem observa o Congresso de fora não imagina como ele funciona”, avalia o deputado Paulo Delgado (PT-MG), para quem existe uma centena de “gazeteiros contumazes”, mas uma maioria que trabalha, apesar das atividades desencontradas e concorrentes. Na Câmara, tramitam pelas 14 comissões permanentes nada menos que 2.862 projetos, sendo 838 na Comissão de Constituição e Justiça. Somente este ano 170 projetos deram entrada nestas comissões, e um mesmo número foi apreciado e encaminhado ao plenário. As 26 comissões especiais que funcionaram no ano passado, por exemplo, se reuniram 145 vezes, ouviram 212 pessoas em audiências públicas e trabalharam mais de 230 horas. No Senado, há 44 comissões em funcionamento, duas dezenas delas abertas para

apreciar medidas provisórias do Executivo.

“O plenário é o coração do Congresso, mas a atividade parlamentar se estende pelas comissões, pelo trabalho em gabinete e pela representação externa”, enumera o vice-presidente da Câmara, deputado Adylson Motta (PDS-RS).

“Dizer que a atividade do parlamentar é estar em plenário é um absurdo. É como dizer que a atividade da formiga se resume ao formigueiro”, compara o deputado Gastone Righi (PTB-SP). “Vendem a imagem do parlamentar como se ele fosse um operário diarista”, resume. Na última terça-feira, Gastone, tesoureiro do PTB, podia ser visto correndo pela Câmara: deixou às pressas uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça para participar de uma reunião da Executiva Nacional do partido. Gastone passou longe do plenário, onde realizava-se uma sessão.

**Negligência** — Na sexta-feira, quando deveria estar em plenário, viajou para Santos, sua base eleitoral, onde teria encontros políticos. “Há um grupo de parlamentares que prima pela negligência. Mas uma grande parte falta porque não pode estar em dois ou três lugares ao mesmo tempo”, argumenta. “No tempo que passo em Brasília, trabalho até dezesseis horas sem parar”, contabiliza.

“Tem parlamentar que falta porque está cuidando de seus negócios. Mas muitos não comparecem porque estão em outras atividades políticas”, avalia o deputado José Genoíno (PT-SP), um dos mais presentes e atuantes no parlamento.

Genoíno acha que com uma agenda de trabalho definida, o Congresso pode funcionar bem de terça a quinta-feira. “A organização do processo legislativo é uma bagunça tão grande que o parlamentar não se sente estimulado para vir votar”, afirma o deputado, que defende uma pauta definida para cada mês. Genoíno tem proposto, por exemplo, a redução do quórum de deliberação, hoje de maioria simples, para um terço ou um quarto dos parlamentares. “Não podemos ser tratados como meninos de escola”, compara Genoíno. “O deputado tem que votar pelo conteúdo da matéria, e não como uma obrigação escolar. Aí o gazeteiro vai ser cobrado não por ter faltado, mas por ter se omitido numa votação importante”, argumenta.

Enquanto o senador Pedro Simon (PMDB-RS), líder do governo, resolveu intervir direto no bolso dos parlamentares, propondo que as passagens aéreas que usam para visitar suas bases sejam reduzidas de quatro para uma por mês, Motta entregou ao deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), relator da revisão constitucional, proposta para mudar o calendário do Congresso: os parlamentares passariam 20 dias em Brasília, os demais dez dias nas bases eleitorais.



Embora seja o coração do Congresso, o plenário nem sempre reflete fielmente a atuação dos parlamentares: há também 74 comissões em atividade